



Inovações agroalimentares na agricultura do Pampa Gaúcho: construção coletiva de um mecanismo de certificação participativa em Santana do Livramento, RS.

Agrifood innovations on the agriculture of the Pampa Gaúcho: collective building of a participatory certification mechanism in Santana do Livramento, RS.

BECKER, Cláudio¹; NESKE, Márcio Zamboni²; GUIMARÃES, Leonardo Alonso³

1. Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, cldbeker@gmail.com; 2. Professor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, marcio.neske@gmail.com; 3. Engenheiro Agrônomo da Emater/ASCAR/RS, leo.pampeano@gmail.com

Resumo

O presente relato visa apresentar e discutir uma experiência em andamento no município de Santana do Livramento (RS) envolvendo a construção de um mecanismo participativo de (certificação) legalização da produção agroecológica, através da modalidade conhecida como Organismo de Controle Social (OCS). A experiência em questão representa um processo de ação coletiva que tem mobilizado agricultores familiares, consumidores, poder público e organizações de ensino e extensão rural. Através de uma série de reuniões, foram elaboradas coletivamente as regras de convivência do grupo e os processos que garantirão a qualidade agroecológica da produção. Vislumbra-se com a constituição desse OCS oportunidades que possam criar mecanismo de reconhecimento dos alimentos agroecológicos, bem como estabelecer relações de confiança em contínuas relações de proximidade entre produtores e consumidores no âmbito local.

Palavras-Chave: Agroecologia; controle social; participação.

Abstract

The present report aims to present and discuss an in-progress experience in Santana do Livramento (RS) involving the building of a participatory certification mechanism of the agroecological production, through the modality known as Social Control Organization (Organismo de Controle Social – OCS). The the present experience represents a collective action process that has mobilized familiar farmers, consumers, public power and education and rural extension organizations. Through a series of meetings, were collectively made the group's acquaintanceship rules and the processes that will guarantee the production's agroecological quality. Sees with the constitution of this OCS opportunities that might create a mechanism able to recognize agroecological foods, as well as establish trust relations on permanent proximity relations between producers and consumers at the local scope.

Keywords: Agroecology; social control; participation.

Contexto

No município de Santana do Livramento, localizado na Campanha Gaúcha – uma região tradicionalmente reconhecida pela produção de pecuária extensiva – surgiram



há cerca de duas décadas algumas iniciativas mais disseminadas de diversificação produtiva empreendidas pela agricultura familiar. Fundamentalmente, a produção de frutas e hortaliças passou a ganhar escopo na produção local, incentivada por programas estatais. Deste processo de reestruturação socioprodutiva no município, surgiu a Associação Santanense de Produtores de Hortifrutigranjeiros (ASPH), que congrega agricultores familiares que produzem e comercializam seus gêneros em mercados locais em circuitos de cadeias curtas “face a face”, através de feiras-livres e/ou entrega a domicílio.

Mais recentemente alguns agricultores familiares vêm fornecendo produtos – obtidos em sistemas produtivos agroecológicos e/ou que se encontram em transição agroecológica – para escolas da rede estadual de ensino por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A experiência tem sido bem sucedida e vem despertando o interesse de outros produtores da ASPH, sobretudo pela possibilidade de acesso a novos mercados. Entretanto, por não existir nenhuma forma efetiva de certificação, os alimentos comercializados junto ao PNAE acabam sendo classificados como convencionais.

Descrição da experiência

Visando alterar esse quadro, alguns atores sociais locais (Emater, Uergs, Prefeitura Municipal) têm atuado, juntamente com os produtores da ASPH, no sentido de construir um mecanismo coletivo para a legalização dessa produção (de certificação participativa) no município.

Neste sentido, a legislação brasileira de produtos orgânicos (Lei 10.831/2003) é particularmente inovadora ao possibilitar que o processo de legalização (certificação) seja realizado pelo controle social, ou seja, que os próprios envolvidos na produção agroecológica consigam organizar-se coletivamente de tal forma que a sociedade e o Ministério da Agricultura confirmem legitimidade aos grupos constituídos para a venda direta aos consumidores. Dessa forma, no Brasil admitem-se três formas de



certificação, as quais: Contratação de Certificadoras (empresas); Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade (OPAC); Organismos de Controle Social (OCS).

O OCS foi a modalidade adotada de legalização (certificação) pelos agricultores familiares vinculados a ASPH e inseridos na produção agroecológica. Cabe destacar que esta Organização não pode ser composta exclusivamente de produtores, fazendo-se necessária a participação de consumidores, técnicos e outros segmentos, como uma forma de fornecer legitimidade ao processo. O processo inicial da construção do OCS envolveu a elaboração de procedimentos relacionados ao seu funcionamento, sistematizados na forma de “*Regras de Convivência*”. Para a conclusão dessa etapa, foram realizadas reuniões durante os primeiros quatro meses do ano de 2015, contando com o emprego de métodos participativos de trabalho.



Figura 1—Registro fotográfico dos representantes do grupo de trabalho responsável pela construção do OCS.

Fonte: Arquivo dos autores (2015).

Transcorrida esta etapa preliminar, iniciaram as atividades práticas a campo, quando foram realizadas visitas pelos técnicos e consumidores às unidades produtivas dos agricultores familiares. Estas visitas tiveram como objetivo a definição da área que



está sendo ou será destinada a produção agroecológica, bem como ampliar a troca de conhecimentos entre os envolvidos.



Figura 2 - Registros fotográficos da visita técnica a uma unidade produtiva familiar inserida no OCS. Pomar de citros (à esquerda) e depósito para os insumos orgânicos (à direita).

Fonte: Arquivo dos autores (2015).

Posteriormente, a partir das discussões coletivas, o grupo definiu o nome do OCS, denominado de “Agroecologia Pampa, Terra e Fronteira”, o qual tem por objetivo a busca pela qualidade no processo de produção e consumo de alimentos e na relação social entre as pessoas envolvidas, além de melhorar as condições econômicas das famílias, utilizando o trabalho coletivo como gerador de confiança e credibilidade do grupo, constituído por agricultores familiares, consumidores e técnicos.





Figura 3 - Registro fotográfico da visita de técnicos e consumidores a uma unidade produtiva familiar de produção agroecológica inserida no OCS.

Fonte: Arquivo dos autores (2015).

Para garantir o cumprimento desse objetivo, as *Regras de Convivência* assumem um papel fundamental, pois constituem o regulamento que institui e define normas que estabelecem mecanismos de controle social para aferir a qualidade orgânica da produção prevista na legislação brasileira de produtos orgânicos. Atualmente o grupo está em fase de cadastramento da OCS no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, vinculado ao Ministério da Agricultura.

Resultados

A experiência em questão tem sido altamente tributária de uma sólida organização social, que tem criado processos de confiança, alicerçados em valores como a solidariedade, respeito, autonomia e sustentabilidade.

Dentre as *Regras de Convivência*, o grupo pactuou uma quantidade mínima de encontros anuais, oficinas de formação e uma assiduidade mínima nas reuniões para que o(a) participante continue fazendo parte do grupo, indicando o entendimento de que encontro entre as pessoas, para além das visitas nas propriedades, é importante para fortalecer a responsabilidade compartilhada entre o grupo.

Fundamentalmente, esse processo é o resultado do debate coletivo entre agricultores familiares, consumidores colaboradores e técnicos colaboradores, na perspectiva de fortalecimento e apoio a construção de novas experiências em agroecologia na região da campanha do Rio Grande do Sul. Vislumbra-se, assim, oportunidades que possam estabelecer relações de confiança em contínuas relações de proximidade entre produtores e consumidores no âmbito local.